



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

TERMO DE FOMENTO Nº 053/2021
PROCESSO Nº 2021-1SSZG

TERMO DE FOMENTO Nº 053/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SEDU**, inscrito no CNPJ sob nº 27.080.563/0001-93, com sede a Avenida César Hilal nº 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29056-085 doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada legalmente pelo seu Secretário em exercício, Sr. JOSIVALDO BARRETO DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 765.355, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº. 897.659.667-68, residente neste Estado e o **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES**, inscrito no CNPJ sob nº. 27.097.229/0001-42, com sede a Rua Costa Pereira, nº 129, Centro, Anchieta/ES, CEP: 29230-000, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Superintendente Geral, Sr. IDALGIZO JOSÉ MONEQUI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 267.623/ES e do CPF nº 106.170.605-25, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei nº. 11.168, publicada no Diário Oficial do Estado em 17/09/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentária em vigor) e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e no Art. 2º da Lei nº 12.527/2011, consoante o processo administrativo nº 2021-1SSZG e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento tem por objeto a ampliação e desenvolvimento da educação do campo com a pedagogia da alternância nas Escolas Família Agrícola – EFAs/MEPES, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.42.101.12.361.0033.8684, UG 420101, Gestão 2021, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 0102 - ED: 445042 - R\$ 10.000,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085

Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração/termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/10/2021(31 de outubro de 2021), conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I – extrato da conta bancária específica;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo;
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I - aprovação da prestação de contas;
- II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração/termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

JOSIVALDO BARRETO DE ANDRADE
Secretário de Estado da Educação - Respondendo

IDALGIZO JOSÉ MONEQUI
Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

PLANO DE TRABALHO
ANEXO I

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente: MEPES – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO.			CNPJ: 27.097.229/0001-42	
Endereço: Rua Costa Pereira, 129 - Bairro: Centro				
Cidade: Ancheta	UF: Espírito Santo	CEP: 29230-000	DDD/Tel.: 28 3536-1151	Endereço Eletrônico: mepes@mepes.org.br
Conta Corrente 32.493.520	Banco: BANESTES	Agência: 0156	Praça de Pagamento: Anchieta-ES	
Nome do Responsável: IDALGIZO JOSÉ MONEQUI			CPF 106.170.605-25	
CI/Órgão Exp.: 267.623 - SSP-ES	Cargo: Superintendente Geral do MEPES		Função:	Matrícula:
Endereço: Avenida Rauta, 1052 – Bairro: Alvorada – Anchieta			CEP: 29230-000	

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Ampliação e Desenvolvimento da Educação do Campo com a Pedagogia da Alternância nas Efas do Mepes	Período de Execução	
	Início: A partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial.	Término: Outubro de 2021
Identificação do Objeto: Os materiais de informática demandados no plano de trabalho serão utilizados na melhoria dos ambientes de apoio educativo, pedagógico, escolar, gerencial, administrativo do Mepes, com o fortalecimento dos seus instrumentos operacionais e didáticos quanto a aplicação dos princípios e dos pilares da Pedagogia da Alternância na formação integral dos jovens e desenvolvimento sustentável e solidário do meio. A execução no projeto nos permitirá: <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar instrumentos de tecnologia da informação a Equipe Pedagógica do Mepes, Gerência Pedagógica e Setor Administração Escolar como forma de assegurar as especificidades próprias na elaboração dos processos de autorização/reconhecimento das Escolas;		



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

- Acompanhar o desenvolvimento do planejamento, do currículo e integração com o instrumental metodológico da Pedagogia da Alternância;
- Assessorar e dar suporte in loco ao corpo docente das Escolas, promovendo reflexões contínuas sobre a ação educativa realizada na Pedagogia da Alternância na orientação e acompanhamento das atividades;
- Dar o suporte gerencial, contábil, financeiro, trabalhista e jurídico necessários ao bom funcionamento das diversas unidades, inclusive assessoria in loco.
- Ofertar serviço de qualidade visando padrões de excelência através da participação ativa e do Mepes com a educação do campo no estado do Espírito Santo;
- Melhorar os padrões dos serviços oferecidos pelos Mepes a todas as Escolas Famílias Agrícolas que demandam assessorias administrativas e pedagógicas na educação do campo com a pedagogia da alternância

A viabilização da proposta da emenda nº 0080 nos possibilitará adquirir os seguintes equipamentos:

- 02 Computador- Processador Intel® Core™ i3-9100 (3.6 GHz até 4.2 GHz, cache de 6MB, quad-core, 9ª Geração), Memória de 4GB
- 02 Monitor de LED - Tamanho da tela (Polegadas): 18,5”;
- 03 ESTABILIZADOR 300VA 110V

Justificativa da Proposição:

O **Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES** - é uma entidade filantrópica que nasceu em Anchieta/ES, em abril de 1968, com a missão de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado, especialmente na promoção integral da pessoa humana, tendo o mérito adicional de ter introduzido, no Brasil, a “Pedagogia da Alternância”, através da Escola Família Agrícola (EFA).

O projeto educacional das Escolas Família Agrícola – EFAs - MEPES visa o fortalecimento da pessoa em harmonia com seu meio através da ação-reflexão-ação que ajudam no fortalecimento dos princípios de cooperação, como também o desenvolvimento de um projeto sócio profissional que permite ao jovem vivenciar plenamente sua condição humana. Isso quer dizer que, o mesmo jovem saiba avaliar e refletir sobre o sistema socioeconômico e político vigente no mundo e comparado a seu ambiente, de forma que os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que vai adquirindo ao longo do processo educacional de diversas e diferentes formas, não se tornem somente instrumentos mensuráveis pelo mercado, mas algo que pertença de maneira autônoma a pessoa.

Esta proposta educativa tem a preocupação de proporcionar a formação do jovem sem desvinculá-lo do campo, do seu meio familiar e cultural, trabalhando os confrontos dos saberes científicos com os saberes cotidianos na interface dos diferentes espaços formativos, possibilitando aos adolescentes, jovens estudarem e trabalharem em conformidade com as condições de seu próprio meio, encontrando nas situações existentes, espaço de trabalho e desenvolvimento do meio sócio profissional. Este processo formativo aumenta a autoestima, levando a desenvolver seu próprio ambiente, trazendo como consequência a transformação do seu meio, a geração de trabalho e renda, evitando assim o êxodo rural.

O currículo das Escolas Família Agrícola também atende ao cotidiano desses adolescentes e jovens que tem na terra, o meio de sobrevivência; com a organização do tempo e sua própria lógica apropriada ao meio rural: tempo de colher, tempo de plantar, tempo de sol, tempo de chuva, tempo de seca... O calendário escolar segue o ritmo de produção das famílias são construídos, juntamente com as famílias. Dessa forma contribui para erradicar o analfabetismo e evitar a evasão escolar no meio rural.

O que é prioritário nessa pedagogia é a dignidade das pessoas, como sujeitos individuais e coletivos, trata-se de jovens, suas famílias e as comunidades. Leva-se em conta a totalidade da pessoa como indivíduo e o que representa na sua história e no seu meio. Por esse motivo na Escola Família, o trabalho coletivo é fator de desenvolvimento do meio onde está inserida.

Tem contribuindo para o crescimento o meio rural levando a valorização da pequena propriedade como meio de subsistência e de crescimento, criando-se formas novas de cultivo da terra, de comercialização e de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

beneficiamentos locais. Tem se modificado profundamente as relações do homem no campo e consigo mesmo, com seu meio pela introdução de técnicas produtivas, com o meio urbano em vista da comercialização e utilização de seus recursos.

Ao longo de sua trajetória de existência o MEPES vem formando anualmente jovens que certamente são responsáveis pela mudança e desenvolvimento de suas regiões. Os bons resultados alcançados, a grande repercussão comunitária e o alto nível de participação estimulam cada vez mais o poder público no reconhecimento oficial das Escolas Famílias Agrícolas equiparando-as às Escolas Públicas, Art. 281 da Constituição Estadual, garantido recursos para seu custeio, amparado pela Lei 7.875/2004.

São características básicas deste modelo educacional, já comprovado como bem sucedido, pela solução de problemas na área rural, especialmente, na formação da pessoa humana:

- Os agentes da educação são associados pelo MEPES: educadores, pais, comunidades, lideranças comunitárias, unidos no objetivo comum. A gestão da Escola Família Agrícola é da Associação das famílias de cada uma delas, composta com membros participantes da comunidade;
- Escola promotora de educação integral: aliar a promoção da pessoa, com o crescimento da comunidade e o desenvolvimento de seu ambiente, contemplando integralmente todas as facetas da vida humana. A produção econômica não se sobrepõe à formação da pessoa. Mas é consequência desta;
- Tem um regime de trabalho bem diverso da escola comum, com o ano escolar, currículo, programas e avaliação, organizados de forma adequada à visão da educação adotada pelo MEPES;
- O calendário escolar quando de sua elaboração tem presente os aspectos: sociocultural, participativo, geográfico e legal;
- Tem um sistema de avaliação que leva em consideração a opinião do próprio jovem, da família e dos monitores (professores) das EFA's.

Hoje nesta realidade participam alunos, famílias e comunidades, em busca da valorização do campo, que usufruem um currículo em consonância com às condições da real situação local, possibilitando aos adolescentes, jovens e suas famílias estudarem e trabalharem em conformidade com as condições de seu próprio meio, encontrando nas situações existentes, espaço de trabalho e desenvolvimento do meio sócio profissional.

Assim, as EFA's do MEPES atendem adolescentes, jovens e adultos filhos e filhas de agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores rurais assalariados em geral, remanescentes de quilombos, indígenas, assentados de reforma agrária, parceiros, meeiros e arrendatários.

Desde 1968, vem atuando no meio rural em parceria com o Governo do Estado, na gestão deste modelo de Educação do Campo que utiliza a Pedagogia da Alternância. O resultado desta ação fez com que nascessem 17 (dezessete) Escolas Famílias Agrícolas, sendo 09 (Nove) Cursos de Ensino Fundamental e 13 (treze) de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio localizadas em 17 Municípios do interior do Estado, 01 (uma) Escola Família de Turismo localizado em Anchieta - ES e o Centro de Formação do MEPES, situado em Piúma/ES, o que tornou o nosso Estado um verdadeiro laboratório vivo de experiências alternativas de Educação do Campo.

Hoje ,nesta realidade participam alunos, pais de alunos e comunidades em busca de uma melhor educação para seus filhos, em vista à valorização do campo, com 2.169 alunos matriculados nas Escolas Famílias Agrícolas de Ensino Fundamental, Médio Profissionalizante, conforme dados do Censo Escolar 2020, (Fonte: Setor de Administração Escolar do Mepes - Senso 2020 – Data base 11-03-2020) com um currículo adequado à realidade, possibilitando aos adolescentes, jovens e suas famílias estudarem e trabalharem em conformidade com as condições de seu próprio meio, encontrando nas situações existentes espaço de trabalho e desenvolvimento da sua propriedade agrícola.

A educação do campo proposto pelo MEPES estimula o empoderamento e o envolvimento das pessoas no processo de participação responsável e comprometimento no processo de formação dos agentes envolvidos na EFA e no desenvolvimento do meio. E para acontecer a participação efetiva, precisa ser mobilizada, é algo a ser cultivado permanentemente por meio de estratégias diversas. Portanto, a participação efetiva dos jovens,



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

monitores, famílias e demais agentes envolvidos com o campo e a educação do campo, não se reduz a um processo de instrumentalização para a gestão associativa da EFA e de seu entorno, mas potencializa a participação em outros espaços organizativos dos agricultores e agricultoras familiares.

A formação proposta segue os princípios da PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. A alternância é uma pedagogia em construção, por isso, a formação parte da prática profissional do/a agentes envolvidos no processo educativos das EFAs - MEPES em vista de compreendê-la e melhorá-la. A Pedagogia da Alternância é a pedagogia que vai do concreto ao abstrato, ou seja, ela parte da prática para a teoria e retorna à prática para melhorá-la, enfim transformá-la.

A operacionalização do projeto será conduzida por uma equipe de trabalho, composta por profissionais devidamente habilitados/qualificado para:

- Ministrar orientação da proposta pedagógica nos estabelecimentos de ensino do Mepes;
- Elaborar e cumprir atividades de articulação quanto aos serviços ofertados pelos setores da administração escolar, gestão financeira, recursos humanos, contábil, etc.
- Monitorar e acompanhar de acordo com planejamento e organização as equipes de monitores e alunos;
- Contribuir com o planejamento das atividades pedagógicas, administrativas e agropecuárias da EFA;
- Assumir junto com a equipe e a associação o Plano de Ação da EFA e do MEPES.

Descrição da Realidade do Objeto da Parceria

Este projeto nasce da convergência de interesses do Mepes em propiciar orientação e assessorias administrativa pedagógica as diferentes iniciativas promovidas pelas EFAs, sempre no intuito de fortalecer as atividades em suas dimensões social, associativa. Esta iniciativa destina-se também a estimular a cultura da cooperação e a participação das comunidades escolares envolvidas na gestão da escola e dos grupos associativos. O projeto contribuirá também para:

- fortalecer e apoiar os agentes educativos envolvidas nas EFAs do MEPES e nas suas diferentes atividades, privilegiando as formas que favoreçam o crescimento da pessoa humana através de iniciativas que promovam o encontro de pessoas, alunos e famílias, entre si e a solidariedade entre grupos, classes e povos;
- Planejar, programar e executar atividades voltadas a organização social da escola, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do campo.

Ressalta-se a viabilidade de execução da parceria deste projeto, uma vez que o mesmo será realizado nas dependências do Mepes Central - Anchieta e no Centro de Formação situado em Piúma. Para o MEPES a parceria tem sido um meio, desde o período denominado de “gestação”, para efetivar suas ações e conquistar resultados mais amplos ou de melhor qualidade nas ações desenvolvidas, uma estratégia institucional à otimização da sustentabilidade institucional, e por outro, como uma metodologia de trabalho que objetiva somar diferentes competências institucionais para criar uma base mais sólida nos locais onde atua de maneira mais consistente e eficaz, às intervenções sociais decorrentes de sua ação, tendo como beneficiários diretos os jovens e indiretos as famílias e comunidades.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta. Etapa ou Fase)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unid.	Quant.	Início	Término
01	1	Material de Informática - TI				
	1.1	Computador Processador Intel® Core™ i3-9100 (3.6 GHz até 4.2 GHz, cache de 6MB, quad-core, 9ª Geração) ou similar; Memória de 4GB (1x4GB), DDR4, 2400MHz; Expansível até 32GB (2 slots UDIMM, 1 slot livre) ou superior; HD SATA de 1 TB (7200 RPM) ou superior; Teclado USB	Un.	02		outubro de 2021



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

	<p>padrão em Português (padrão ABNT2); Mouse Óptico USB; Placa De Rede Gigabit 10/100/1000 Mbps; Placa de vídeo integrada Intel® UHD Graphics 630; Wireless 1707 Card 802.11BGN + Bluetooth 4.0 1x1;</p> <p>Botão liga/desliga Leitor de cartão multimídia 5 em 1 Tomada combinada de áudio . 2 portas USB 3.0 Unidade óptica Entrada de ar Microfone e entrada/saída de linha VGA HDMI 4 portas USB 2.0 Slots da placa de expansão Unidade de fonte de alimentação Slot do cabo de segurança Porta Ethernet Anéis de cadeado</p>			A partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial.
1.2	<p>Monitor de LED Tamanho da tela (Polegadas): 18,5"; Formato: 16:9 Widescreen Contraste: 5.000.000:1 Tempo de Resposta: 5ms (GTG) Brilho: 200 cd/m² Resolução Máxima: 1366 x 768 Pixel Pitch: 0.3177 (H) x 0.307 (V) (mm) Suporte de cores: 16,7 M Ângulo de Visão: H:90° / V:65° Frequência Horizontal: 30 ~ 61 kHz Frequência Vertical: 56 ~ 75 Hz Revestimento da Tela: Anti- Glare, Hard Coating (3H) Conector de entrada: D-Sub (RGB) Recursos Especiais: Flicker Safe, Reader Mode, Super Energy Saving, Dual Smart Solution Cabo de Força (power cord); Adaptador AC; Cabo D-SUB</p>	Un.	02	
1.3	<p>ESTABILIZADOR 300VA 110V Especificações: Potência 300VA monovolt Uso geral, doméstico e estações de trabalho Guia de cabos: organiza os cabos conectados Chave manual protegida 4 Tomadas Led multifunção Tecnologia Fast Rms: o mais veloz da sua categoria (1 ciclo de rede) Microprocessado - Filtro de linha Proteção eletrônica: contra seleção incorreta da tensão de rede. Auto-desligamento por subtensão e sobretensão da rede elétrica Ultra wide range corrige ampla variação de rede - Certificação INMETRO e norma NBR 14373</p>	Un.	03	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

4. PLANO DE APLICAÇÃO R\$ 1.00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
4.4.50.42	Auxílios	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	-
TOTAL		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	-

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Valores	
			Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
01	1	Material de Informática - TI				
	1.1	Computador Processador Intel® Core™ i3-9100 (3.6 GHz até 4.2 GHz, cache de 6MB, quad-core, 9ª Geração) ou similar; Memória de 4GB (1x4GB), DDR4, 2400MHz; Expansível até 32GB (2 slots UDIMM, 1 slot livre) ou superior; HD SATA de 1 TB (7200 RPM) ou superior; Teclado USB padrão em Português (padrão ABNT2); Mouse Óptico USB; Placa De Rede Gigabit 10/100/1000 Mbps; Placa de vídeo integrada Intel® UHD Graphics 630; Wireless 1707 Card 802.11BGN + Bluetooth 4.0 1x1; Botão liga/desliga Leitor de cartão multimídia 5 em 1 Tomada combinada de áudio 2 portas USB 3.0 Unidade óptica Entrada de ar Microfone e entrada/saída de linha VGA HDMI 4 portas USB 2.0 Slots da placa de expansão Unidade de fonte de alimentação Slot do cabo de segurança Porta Ethernet Anéis de cadeado	Un.	02	R\$ 3.862,50	R\$ 7.725,00
	1.2	Monitor de LED Tamanho da tela (Polegadas): 18,5"; Formato: 16:9 Widescreen Contraste: 5.000.000:1 Tempo de Resposta: 5ms (GTG) Brilho: 200 cd/m² Resolução Máxima: 1366 x 768 Pixel Pitch: 0.3177 (H) x 0.307 (V) (mm) Suporte de cores: 16,7 M Ângulo de Visão: H:90° / V:65° Frequência Horizontal: 30 ~ 61 kHz Frequência Vertical: 56 ~ 75 Hz Revestimento da Tela: Anti- Glare, Hard Coating (3H) Conector de entrada: D-Sub (RGB)	Un.	01	R\$ 890,00	R\$ 1.780,00

2021-JTPSK1 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL - 28/07/2021 07:52 - PAGINA 18 / 21



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

		Recursos Especiais: Flicker Safe, Reader Mode, Super Energy Saving, Dual Smart Solution Cabo de Força (power cord); Adaptador AC; Cabo D-SUB				
	1.3	ESTABILIZADOR 300VA 110V Especificações: Potência 300VA monovolt Uso geral, doméstico e estações de trabalho Guia de cabos: organiza os cabos conectados Chave manual protegida 4 Tomadas Led multifunção Tecnologia Fast Rms: o mais veloz da sua categoria (1 ciclo de rede) Microprocessado - Filtro de linha Proteção eletrônica: contra seleção incorreta da tensão de rede. Auto-desligamento por subtensão e sobretensão da rede elétrica Ultra wide range corrige ampla variação de rede - Certificação INMETRO e norma NBR 14373	Un.	01	R\$ 165,00	R\$ 495,00
TOTAL GERAL						R\$10.000,00

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1.00)

CONCEDENTE - 2021

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1	-	-	-	-	-	-

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1		R\$ 10.000,00	-	-	-	-

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA) - 2021

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1	-	-	-	-	-	-

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	-	-	-	-	-	-



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

6. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao (à) Secretaria Estadual, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consideradas nos orçamentos do Estado, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento.

Anchieta, 27 de abril de 2021.

IDALGIZO JOSÉ MONEQUI
Superintendente Geral do MEPES

7.- APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Vitória- ES, de de 2021.

JOSIVALDO BARRETO DE ANDRADE
Secretário de Estado de Educação – Respondendo

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

IDALGIZO JOSE MONEQUI
CIDADÃO
assinado em 28/07/2021 07:52:14 -03:00

JOSIVALDO BARRETO DE ANDRADE
SECRETARIO DE ESTADO
SEDU - SEDU
assinado em 27/07/2021 15:03:59 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 28/07/2021 07:52:16 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por HYARA CRISTINA GUEDES (SUPERVISOR I QC-01 - SEDU - GECON)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-JTPSK1>